

As mulheres e a relação entre produção e consumo nas propriedades integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia – Núcleo Litoral Catarinense.

Maria de Fátima Oliveira Antunes

Graduação em Nutrição, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, Brasil.

Email: fatiantunes@uol.com.br

Eloysa Nezello Mosimann

Docente do Centro de Ciências da Saúde – CCS, Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Itajaí, Brasil

Email: eloysa.mosimann@univali.br

Resumo

O estudo qualitativo analisou a relação entre a produção e a diversidade de alimentos, identificando aqueles cultivados para a comercialização e/ou autoconsumo, em 11 (onze) propriedades dos Grupos Rio Cristina e Arca, integrantes da rede de agroecologia ECOVIDA - Núcleo Litoral Catarinense. Para coleta de dados o instrumento utilizado foram entrevistas semiestruturadas áudio gravadas e após, transcritas e analisadas através da análise de conteúdo. Foram entrevistadas 11 agricultoras, buscando conhecer o papel da mulher na agroecologia e a importância atribuída à alimentação da sua família. A mulher destaca-se, por assumir tarefas diversificadas relacionadas ao cultivo, processamento de produtos e comercialização, além de zelar pela alimentação saudável e qualidade de vida da família. Os resultados mostram que há uma estreita relação entre o cultivo de alimentos para autoconsumo e venda, com a subsistência da família, com a agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional. O cenário da agricultura familiar indicou que a diversidade no cultivo pode servir de incentivo para hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para a saúde do agricultor. O estudo apontou que das 11 mulheres entrevistadas, 55% (n=6) são oriundas da zona urbana e migraram para o campo, sugerindo um movimento contrário ao êxodo rural, podendo ser identificados como os “neorurais”. Verificou-se que o tamanho das propriedades variam de 01 a 50 hectares, sendo 60% de área produtiva. Considerando a relação entre o tamanho total da área, o percentual explorado, a alta produtividade e biodiversidade, indicaram o perfil comum de pequenos produtores rurais, característico da agricultura familiar agroecológica. Constatou-se também a importância da rede para organização social das famílias agricultoras, bem como para aumentar a diversidade de produtos disponíveis para consumo.

Palavras-chave: Alimentação saudável. Agroecologia. Segurança alimentar.

Women and the relationship between production and consumption in the properties belonging to the Ecovida Network of Agroecology - Núcleo Litoral Catarinense.

Abstract

The qualitative study analyzed the relationship between production and food diversity, identifying those grown for commercialization and / or self - consumption, in 11 (eleven) properties of the Rio Cristina and Arca Groups, members of the ECOVIDA agro - ecology network - Catarinense Litoral Center. For data collection the instrument used were semi-structured audio interviews recorded and after, transcribed and analyzed through content analysis. Eleven women farmers were interviewed, seeking to know the role of women in agroecology and the importance attributed to the diet of their families. The woman stands out because she assumes diverse tasks related to the cultivation, processing of products and commercialization, besides taking care of the healthy food and quality of life of the family. The

results show that there is a close relationship between the cultivation of food for self-consumption and sale, with the subsistence of the family, with agroecology and Food and Nutrition Security. The family farming scenario indicated that crop diversity can serve as an incentive for healthy eating habits, contributing to the health of the farmer. The study found that 55% (n = 6) of the 11 women interviewed came from the urban area and migrated to the countryside, suggesting a movement that is contrary to the rural exodus, and can be identified as "neorural". It was verified that the size of the properties vary from 01 to 50 hectares, being 60% productive area. Considering the relationship between total area size, percentage explored, high productivity and biodiversity, indicated the common profile of small farmers, typical of agroecological family farming. It was also noted the importance of the network for the social organization of the farming families, as well as to increase the diversity of products available for consumption.

Keywords: Healthy eating. Agroecology. Food safety.

Introdução

A agricultura como princípio elementar da necessidade de sobrevivência do homem desponta desde os primórdios da evolução humana, como eixo necessário a subsistência (MAYZOLER; ROUDART, 2010). Neste sentido, o desafio mundial do início do século XXI continua sendo a necessidade de superar a fome, porém estamos assistindo à padronização de hábitos alimentares prejudiciais à saúde humana, inclusive nas famílias rurais. Este comportamento está diretamente relacionado à indústria alimentícia e ao consumo desprovido de informações sobre o valor nutricional dos alimentos, contribuindo para desnutrição no seu significado de origem, ou seja, carência de nutrientes, bem como para o sobrepeso e a obesidade (DUTRA et. al, 2015).

Além dos problemas relacionados à industrialização e padronização dos hábitos alimentares, o atual modelo de agricultura ligado ao agronegócio não considera o caráter finito dos recursos naturais essenciais a vida, afetando de maneira negativa a qualidade nutricional dos alimentos. Sabe-se que o Brasil é o campeão mundial no uso de agrotóxicos, gerando doenças, além de problemas sociais e ambientais que comprometem a sustentabilidade (CARNEIRO et. al, 2015). Sousa et al. (2015) alertam para a importância de fomentar um sistema agroalimentar ecológico, viabilizando as condições para a reprodução sócio econômica da agricultura familiar, com enfoque na produtividade agropecuária de alimentos limpos e saudáveis.

Hoffmann (2015) destaca que é preciso definir e entender o que é considerado "agricultura familiar", uma vez que não existe um conceito universal. No Brasil, ainda se utiliza a definição da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, que diz no seu Art. 3º:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria

família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Simioni et al. (2015) citam que para Gasson e Errington (1993) a agricultura familiar é uma forma social de produção com lógica específica de funcionamento, orientando-se para garantir a reprodução social dos membros. Azevedo e Pelicioni (2011) consideram o meio rural como espaço propício para prevenção de doenças e promoção de saúde, assim como potencial produtor de alimentos de qualidade, limpos e saudáveis. Neste sentido a adoção da agroecologia se configura como uma proposta de produção mais sustentável e capaz de promover a Segurança Alimentar e Nutricional.

A produção agrícola sustentável incorpora valores sócio ambientais e culturais, sendo preconizada pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional e pelo Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2012).

Neste contexto, a nutrição se destaca por meio do saber científico sobre “alimentação saudável”, devendo considerar os significados da “comida” como causas que se desdobram em ações cotidianas. O conceito de comida nos remete ao princípio básico da alimentação, ou seja, o alimento *in natura* oriundo da agricultura. Vale ressaltar que o ato de comer e a alimentação são representantes legítimos de uma cultura e de uma sociedade (CARVALHO et al., 2011).

Assim, o que preconiza a alimentação saudável, está explícito no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

O direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2015).

Cabe ressaltar que a agricultura familiar - AF pode favorecer a SAN, pois conforme apontou o Censo Agropecuário de 2006, fornece 70% do feijão, 58% do leite, 87% da mandioca, 46% do milho, 50% das aves e 59% dos suínos para a mesa do brasileiro (MDA, 2010).

Corroborando com os dados do Censo, Altieri (2008) coloca que os pequenos agricultores familiares, principalmente nos países em desenvolvimento, são os responsáveis pela produção de alimentos para suprir as necessidades das populações urbanas e rurais no mundo, evidenciando sua importância para a SAN.

Porém, a subsistência e o autoconsumo nem sempre são a realidade do pequeno produtor, trazendo um descompasso entre o que planta e o que consome. Em muitas famílias de agricultores, a produção de alimentos apenas para fins comerciais é uma realidade, contribuindo somente como fonte de renda, fato este que faz uma dissociação com os objetivos da agricultura familiar, protagonista da produção de alimentos no país (PEREIRA, 2014).

Wagner et al. (2007) ao avaliarem práticas alimentares de famílias agricultoras do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, observaram que o hábito de plantar para autoconsumo era comum, mas que a variedade dos produtos cultivados diminuiu, pois as famílias têm feito uso cada vez mais frequente de produtos industrializados. O estudo também mostrou que os alimentos produzidos para consumo eram diferentes daqueles destinados para a venda e, logo, eram percebidos pelas famílias como mais saudáveis.

Diferentes autores evidenciam a importância do papel da mulher no espaço familiar da agricultura, tanto no cultivo como na preparação de alimentos. Segundo Jacobi et al. (2015) a simbologia do feminino está representada na natureza ao longo da história da humanidade, sendo necessário reconhecer que esta simbologia é fruto das relações sociais e se reflete nas tarefas que a mulher exerce no domínio doméstico e público, entre elas a produção de alimentos.

Lima et al. (2014) concluíram no seu estudo sobre as ações das mulheres agricultoras no Sul do Brasil, que as mesmas cuidam da alimentação da família como forma de prevenção de doenças, definindo as preparações e a dieta oferecida. Consequentemente são formadoras dos hábitos alimentares da família. Destaca-se também como a principal responsável pela forma de cultivo dos alimentos consumidos pela família e receptora dos conhecimentos tradicionais repassados entre as gerações (LIMA et al., 2014).

Diante da relevância atribuída à mulher no contexto do “plantar para comer”, o presente estudo objetivou analisar o papel das mulheres agricultoras integrantes da rede de agroecologia ECOVIDA - Núcleo Litoral Catarinense (NLC) na produção e preparo de alimentos e a diversidade de gêneros produzidos nas propriedades para a comercialização e/ou para o consumo da família.

Metodologia

A Rede de Agroecologia ECOVIDA surgiu em 1998, juntamente com o movimento agroecológico da agricultura familiar do sul do Brasil, no intuito de apoiar e unir forças para uma sustentação política deste movimento (ROVER, 2011). A rede está constituída nos 3 (três) estados do sul, com 31 núcleos regionais que abrangem 450 grupos em cerca de 250 municípios, 35 organizações, 8 cooperativas de consumo e 4,5 mil agricultores (PASSOS; ISAGUIRRE,

2013). Os núcleos regionais são considerados a principal unidade funcional, distribuídos por estados, reunindo as famílias dos agricultores e entidades de apoio. O NLC é composto pelo universo de 58 famílias de agricultores, organizadas em 18 grupos.

A pesquisa de abordagem qualitativa, complementada em parte por dados quantitativos, foi delineada como estudo de caso, realizado por meio da seleção aleatória de mulheres agricultoras integrantes da rede de agroecologia ECOVIDA – NLC para aplicação de entrevista.

Para Minayo (2011), a abordagem qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí por meio do parecer 1.533.595 e seguiu as recomendações da resolução do CNS 466/12.

Com relação ao critério de seleção da amostra, cabe esclarecer que sendo uma pesquisa qualitativa, a validade está ligada à sua capacidade de objetivar o objeto empiricamente em todas as suas dimensões e não a uma amostra estatisticamente representativa (MINAYO, 2011). Dessa forma, a preocupação principal não foi a quantificação da amostragem, mas assegurar a variedade de pessoas inquiridas e a não omissão de nenhuma situação importante.

A amostragem foi definida de forma simples e por proximidade geográfica do município de Itajaí, sendo assim foram selecionados os Grupos Rio Cristina de Joinville e Arca de Camboriú, respectivamente com 16 e 3 famílias. A partir desta premissa, foram selecionadas as famílias onde a mulher participa ativamente da produção de alimentos, chegando ao número de 11 entrevistadas.

A coleta de dados foi realizada durante o período de novembro de 2016 e março de 2017, diretamente nas propriedades rurais em local reservado que permitiu a privacidade necessária à adequada coleta de dados, minimizando desconfortos. O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista estruturada contendo 26 (vinte e seis) questões elaboradas especificamente para o público alvo.

As entrevistas foram previamente agendadas, informando primeiramente seu teor e o objetivo da pesquisa. No momento da entrevista foi solicitado o consentimento de cada pessoa entrevistada para participar do estudo por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo garantido o anonimato e a confidencialidade. As perguntas foram elaboradas de forma que as entrevistadas pudessem compreender e responder a partir de suas referências sobre o assunto.

Dentro do período de coleta de dados, além das idas às propriedades, a pesquisadora participou de 03(três) reuniões de trabalho do Grupo Rio Cristina em Joinville, o que proporcionou uma aproximação com a realidade das agricultoras, inseridas nos diferentes processos de tomadas de decisão dentro do grupo.

Resultados e discussão

Considerando a reflexão proposta neste estudo, uma das perguntas formuladas, buscou compreender a percepção das agricultoras sobre alimentação saudável e a importância do ato de comer.

Busato et al. (2016) analisaram o entendimento de ambiente e alimentação saudável dos agricultores familiares de um município do Oeste de Santa Catarina, constatando que o consumo regular de verduras, legumes e frutas, cultivados na propriedade, sem o uso de produtos químicos estava fortemente relacionado à percepção sobre alimentação saudável das entrevistadas.

Observou-se a percepção das participantes sobre alimentação saudável foi semelhante a pesquisa de Busato et al. (2016), como pode ser constatado nas falas a seguir, as quais ressaltam a valorização dos alimentos orgânicos cultivados na propriedade:

“100% saudável, porque é tudo bom e fresco e feito na hora e com muita variedade” (E05).

“Somos o que comemos. A saúde vem da comida que ingerimos”(E03).

“Podemos comer sempre sem preocupação, na roça mesmo a gente colhe e às vezes já come ali mesmo, porque não tem veneno” (E01).

“É a mesma coisa que a gente plantar saúde pra comer” (E04).

A partir das falas pode-se perceber que as agricultoras fazem uma inter-relação entre saúde, alimento orgânico, alimentação saudável e ausência de agrotóxicos.

Conforme o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO, o uso dos agrotóxicos no cultivo de alimentos, devido a sua alta toxicidade, apresenta consequências negativas na saúde humana e ambiental. A insegurança alimentar dos consumidores aumenta, uma vez que os alimentos contendo ingredientes ativos (IAs) dos agrotóxicos, são consumidos na dieta cotidiana. Os efeitos dos IAs na saúde humana, podem ocorrer até décadas após a exposição, manifestando-se como doenças congênitas, câncer, distúrbios endócrinos, neurológicos e até mesmo mentais (CARNEIRO et al., 2015).

Na opinião de Azevedo (2014), vem ocorrendo reestruturação e ampliação conceitual sobre alimentação saudável nas atuais políticas de alimentação e nutrição, as quais consideram

os alimentos orgânicos e locais, produzidos pela agricultura familiar, como alimentos saudáveis. Afirma ainda, que o conceito de alimentação saudável diversificou-se, incorporando premissas da tradição, da sustentabilidade e estilos de vida.

Corroborando com Azevedo (2014) o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), no seu Capítulo 1, coloca como princípio norteador para a elaboração do documento que a alimentação é mais que ingestão de nutrientes (BRASIL, 2014).

Carvalho et al. (2011) chamam atenção para o fato de que, enquanto para as Ciências Naturais o valor do “alimento” está relacionado a atributos como composição química, inocuidade, tecnologias de produção e distribuição, para as Ciências Sociais, a “comida” ocupa um lugar de expressão da estrutura social de um grupo e de sua organização, envolvendo aspectos culturais e simbólicos. As autoras acrescentam que quando está em evidência o conceito alimentação saudável, devemos estudar não somente “o que se ingere”, mas “como se come o quê”.

As agricultoras entrevistadas neste estudo atribuem grande importância ao preparo da comida e ao ato de comer no contexto de uma alimentação considerada saudável, como ilustram as falas a seguir:

“Importantíssimo cozinhar, eu não consigo cozinhar com raiva, o sentimento passa para a comida” (E01).

“A comida pra ficar boa, você tem que gostar de cozinhar, senão, não fica bom, mesmo que seja um alimento sem veneno, saudável, mas não fica bom, fica sem sabor” (E04).

Suas falas estão alinhadas ao que preconiza o GAPB, o qual cita que uma alimentação saudável deve atender às necessidades do indivíduo, nas condições sociais, econômicas, culturais e afetivas, pois este não busca tão somente suprir a fome e carências nutricionais, mas o prazer no ato de comer com identidade cultural e familiar (BRASIL, 2014).

Nas visitas realizadas durante o estudo, constatou-se que a percepção das agricultoras sobre alimentação saudável está conjugada também com o manejo agroecológico das propriedades, incluindo a variedade de alimentos livres de agrotóxicos cultivados para consumo, terra disponível e bem cuidada contribuindo positivamente para composição nutricional, além da preservação do meio ambiente e das nascentes.

Navolar et al. (2010) conceituam agroecologia como uma proposta de produção de alimentos saudáveis, seguros e adequados na sua forma de cultivar, respeitando a diversidade ambiental e cultural, estreitando os laços entre o ser humano e a natureza.

Complementando, Alves (2016) pontua que parte da sociedade atual está inserida em movimentos sociais de valorização da ecologia, otimizando sistemas de produção de base

agroecológica, que integra produção, conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, eficiência econômica e justiça social.

Cabe lembrar que a agroecologia é o princípio filosófico da rede Ecovida para produção de alimentos, sendo bem compreendido pelas mulheres entrevistadas, as quais demonstram preocupação com a propriedade como um todo e relacionam com a qualidade do alimento produzido e a preservação do meio ambiente. Esta preocupação fica evidenciada nas falas relacionadas ao motivo que levou a família a optar pela agroecologia:

“Manter a família com coisas boas, sem veneno. Ter sustento e sobrevivência...cuidar da terra que temos” (E07).

“A qualidade de vida é o mais importante para toda a família, não expondo a produtos tóxicos, preservando o solo, a água e a grande diversidade de vida na propriedade” (E11).

Em algumas respostas, ainda sobre agroecologia, evidenciou-se a percepção do impacto positivo resultante desta prática na saúde e qualidade de vida dos agricultores:

“Agroecologia é qualidade de vida, saúde e vida mais harmônica com o ambiente que vivemos” (E11).

“Na nossa família teve muita gente que morreu de câncer, porque usavam veneno, sobrinho, irmão e o meu marido. Nós agora em casa não ficamos doente” (E07).

Verificou-se que os resultados obtidos na pesquisa encontram respaldo em estudo qualitativo de Azevedo e Pelicioni (2012), no qual averiguaram a relação entre agroecologia e promoção da saúde no Brasil. Concluíram que o sistema agroecológico pode minimizar os impactos negativos no meio ambiente, bem como determinar o bem-estar do agricultor, ampliando o conceito de promoção de saúde no campo, podendo repercutir também no meio urbano.

Desta forma, os agricultores da rede Ecovida podem ser considerados “produtores de saúde”, na medida em que produzem, comercializam e consomem alimentos agroecológicos, contribuindo para a preservação do meio ambiente, com repercussões positivas na saúde no meio rural e urbano.

No cenário da agroecologia, a mulher tem ocupado um papel de destaque, principalmente dentro da rede Ecovida, como constatou-se tanto nas entrevistas como na percepção da pesquisadora por ocasião das visitas e reuniões dos grupos nas quais a mesma participou. Siliprandi (2015) destaca as mulheres como sujeitos políticos, com papel de liderança no movimento agroecológico, incluindo a articulação para constituição da Associação Nacional de Agroecologia (ANA), organização fundamental para a construção social da agroecologia. As tarefas das mulheres agricultoras voltadas para a alimentação da família, antes

consideradas menos importantes do que a lavoura comercial, vem ganhando força política, adquirindo destaque neste cenário. Neste sentido as mulheres vem influenciando a realidade da agricultura e as políticas voltadas ao movimento agroecológico. A este respeito afirma Siliprandi (2015, p. 21):

“Por isso a palavra-chave é *transformar*. As mulheres transformam-se, reconfiguram as relações pessoais e familiares e, com a afirmação de sua *identidade coletiva* e afirmando-se como sujeito político, transformam a construção social da agroecologia.”

A agroecologia tem sido indicada como desenvolvimento rural, através de algumas proposições de fomento das atividades incorporadas pelas famílias dos agricultores, promovendo a visualização do trabalho da mulher e dos jovens. As mulheres, em especial, tem fortalecido a argumentação sobre igualdade de gênero na atividade agroecológica (ALVES, 2016).

Por meio das falas pode-se perceber a importância dos saberes e especificidades dos trabalhos pontuados como femininos:

“O papel da mulher sempre é o principal, porque ela alimenta a família, se preocupa em cuidar da terra, das águas da propriedade também. O homem só se preocupa com a planta” (E07).

“Eu faço o acolhimento de voluntários internacionais para vivência no campo e na produção de alimentos orgânicos. Encontros pedagógicos, com visitas de colégios, universidades, grupos de segurança alimentar. Promovemos dia de campo na propriedade para as pessoas que tem interesse em conhecer a rotina da produção agroecológica” (E10).

“Participo de tudo que posso, até no extrativismo sustentável, na venda na feira, faço e vendo pães integrais” (E11).

“Ajudo escolher o que vamos plantar, seleciono as mudas. Ajudo na colheita. Faço geleias, licores, desidratados de ervas e frutas” (E02).

As falas sugerem que as entrevistadas exercem diversas atividades relacionadas ao cultivo, extrativismo, processamento e venda dos alimentos produzidos nas propriedades, ressaltando a importância de seu trabalho. Demonstam também a preocupação com a preservação do meio ambiente e com a socialização de saberes relacionados à agroecologia.

O enfoque agroecológico valoriza as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres (hortas, pomares, criação de pequenos animais, transformação caseira de produtos), requerendo o seu envolvimento em várias etapas do processo produtivo na propriedade. Outro fator que a agroecologia reconhece como contribuição das mulheres, é a comercialização em

feiras e espaços públicos, possibilitando o contato com outras pessoas e grupos, adquirindo novos conhecimentos e habilidades, gerando autoestima (SILIPRANDI, 2009).

Para Silipandri (2015) a responsabilidade pela alimentação da família é reconhecidamente papel da mulher, porém com o olhar da agroecologia é vista não como uma obrigação, mas como parte investigadora e criadora de novos conhecimentos, contribuindo na composição da renda familiar por meio da venda dos produtos. Acrescenta ainda que a valorização do trabalho da mulher possibilitou que elas reivindicassem junto às organizações as quais fazem parte, o oferecimento de oficinas para capacitação no preparo dos alimentos, com o aproveitamento máximo, os diferentes usos e suas propriedades nutricionais.

Um achado interessante do presente estudo relaciona-se a constatação de que das 11 mulheres entrevistadas, 55% (n=6) são oriundas da zona urbana e migraram para o campo, sugerindo assim, que pode estar surgindo um movimento contrário ao êxodo rural. Neste sentido, as famílias destas 06 mulheres podem ser consideradas “neururais”. Percebeu-se nas entrevistas que a decisão de sair da cidade para produzir alimentos orgânicos no meio rural, estava relacionada a preocupação com a saúde, a qualidade de vida, bem como a possibilidade de geração de renda, como pode-se verificar nas falas:

“Em 2008 quando meu marido se aposentou de uma grande empresa da região, tinha que inventar alguma coisa. A gente pensou em ter mais qualidade de vida e mais saúde, que na cidade não tem muita. Então qualidade tem que começar pela comida... apesar de a gente já comia saudável, mas era tudo comprado, e a gente sabe que tem veneno” (E02).

“Estamos no projeto há apenas 1 ano e queremos ter uma vida mais simples, agradável e saudável” (E03).

“Tínhamos um aviário de frangos no sistema convencional de uma grande empresa. Resolvemos parar e fechar o negócio. Pensamos como obter renda e trabalhar com algo que gerasse saúde para a família e para quem compra também. Que preservasse o meio ambiente também, o que não acontece com aviário” (E09).

“Me formei em Biologia. Busquei informações no que trabalhar. Me deparei com a questão dos agrotóxicos e vi o que eu não queria pra nós nem para os outros. Então como meu avô tinha esta terra, nos propusemos iniciar o plantio de alimentos orgânicos. Então em 2013 começamos nunca tínhamos trabalhado com agricultura” (E10).

Resultado semelhante foi encontrado por Codonho (2016), que realizou uma pesquisa com agricultores orgânicos do sul de Minas Gerais, evidenciando a presença do que chamou de “neururais forasteiros” os quais migraram dos centros urbanos para o campo em busca de vida mais harmônica com a natureza e mais saúde, produzindo alimentos livres de agrotóxicos.

Pafunda (2016), estudou os “neururais” de Juquitiba em São Paulo e verificou que estes tinham formação desde o nível técnico até o superior, tendo em comum o questionamento quanto as condições de vida no meio urbano, bem como a valorização da interação com a natureza e a busca do prazer em práticas cotidianas.

Considerando os problemas relacionados ao êxodo rural, ao envelhecimento e masculinização do campo, este movimento de ocupação do meio rural por pessoas vindas do meio urbano pode contribuir para a SAN, pois atualmente as cidades são dependentes do meio rural para produção de alimentos e é preciso que mais pessoas estejam dispostas a produzi-los em diferentes espaços. Cabe esclarecer que a agricultura urbana também pode e deve ser praticada como forma de promover a SAN, diminuindo a dependência da produção do campo.

Neste sentido destaca-se o estudo de Pinto (2015) o qual afirma que os “neururais” podem impulsionar o campo contribuindo para melhorar os aspectos sociais, econômicos e culturais nos espaços onde estão inseridos. Para Carneiro (2013) estamos vivenciando um movimento de reorganização do potencial produtivo dos agricultores, expressado através de novas formas agrícolas de produção, como resposta ao desemprego urbano, ao êxodo rural e ao padrão dominante da agricultura. Afirma ainda que este processo pode refletir novas realidades no meio rural, pela incorporação de novos valores, técnicas e hábitos, trazidos também pelos “neururais”. Estudo semelhante de Codonho (2016), convida à reflexão sobre o intercâmbio entre aspirações de vida, novas formas de relações sociais na zona rural, resultantes de “novas ruralidades”.

Um sinal destas novas ruralidades pode estar relacionado ao crescimento da produção orgânica no Brasil. De acordo com levantamento da Coordenação de Agroecologia (COAGRE) da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a área de produção orgânica no Brasil em 2017 pode ultrapassar os 750 mil hectares registrados em 2016, impulsionada principalmente, pela agricultura familiar. Em 2013 haviam 6.700 unidades cadastradas pela COAGRE, saltando para aproximadamente 15.700 em 2016. Isto é, em três anos, o crescimento da produção orgânica em solo brasileiro foi mais que o dobro (MDA, 2017).

Considerando o contexto do estado de Santa Catarina, o último relatório sobre a produção orgânica realizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI/2012, mostrou que haviam 603 unidades produtoras de orgânicos no estado (ZOLDAN, MIOR, 2012). Cabe pontuar que 55 (9%) das unidades estavam localizadas no Litoral Norte catarinense, região que é foco do presente estudo.

Com relação a produção e consumo de alimentos, o presente estudo pesquisou as espécies cultivadas pelas famílias das entrevistadas, objetivando verificar a diversidade de alimentos produzidos e quais deles eram destinados ao autoconsumo ou apenas para comercialização. Verificou-se também os gêneros comprados em supermercado com maior frequência.

Constatou-se que as famílias cultivavam no total 51(cinquenta e uma) espécies diferentes. A maior diversidade cultivada foi de frutas (49%) do total de espécies, seguido pelos legumes (29%) e verduras (22%). Pode-se observar no Quadro 01 que 100% das espécies produzidas, são consumidas e vendidas pelas famílias pesquisadas.

Quadro 1: Espécies produzidas para autoconsumo e para venda pelas 11 famílias de Agricultores dos Grupos Rio Cristina e Arca, Núcleo Litoral Catarinense – ECOVIDA. Itajaí, 2017

ALIMENTOS	Nº ESPÉCIES	AUTOCONSUMO		VENDA	
Verduras	11	11	22 %	11	22%
Legumes	15	15	29%	15	29%
Frutas	25	25	49%	25	49%
TOTAL	51	51	100%	51	100%

Os resultados de Porazzi (2013) mostraram elevada produção de alimentos para autoconsumo. Porém o cultivo e o consumo de frutas em alguns períodos do ano foi deficiente. Este resultado difere dos encontrados no presente estudo, pois os dois grupos estudados produzem uma diversidade de frutas no decorrer do ano, inclusive espécies classificadas como Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCS), contribuindo para a diversidade alimentar dos próprios agricultores e do consumidor final.

As entrevistas sugerem que a necessidade de produzir uma maior variedade para comercialização, serviu de incentivo para o autoconsumo, bem como para incorporar hábitos alimentares saudáveis e diversidade na dieta, influenciando positivamente na qualidade de vida das famílias das agricultoras o que vai de encontro com os princípios da agroecologia.

Neste sentido pontua-se que o processo produtivo de alimentos orgânicos, no contexto da agricultura familiar, contribui para uma melhor qualidade de vida, uma vez que fornece uma alimentação saudável. Esta compreensão é referendada por Porazzi (2013) que avaliou a variedade de alimentos cultivados e usados para autoconsumo nas famílias de agricultores agroecológicos das Encostas da Serra Geral Catarinense e sua influência no estado nutricional. Concluiu a autora que a produção para autoconsumo tem representativa significância no atendimento do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos agricultores pesquisados. Por meio das falas, ficou evidente a importância da relação entre produção e autoconsumo:

“A qualidade do alimento na produção agroecológica é a melhor vantagem. Também abriu portas para o acesso a outros produtos orgânicos para nossa família consumir. Hoje comemos tudo orgânico, mesmo o que a gente não produz” (E09).

“Não que tivéssemos doenças, mas a saúde melhorou muito. Minha filha de 6 anos não tem nem gripe mais. Antes eu dava até suco de caixinha pra ela e ela não comia verduras, hoje nós comemos de tudo que plantamos e quase sem nada industrializado” (E09).

Percebe-se nestas respostas a importância da organização em rede, característica da Ecovida, a qual abre espaço para a articulação entre os agricultores. Destaca-se que um dos objetivos da Ecovida é a aproximação das famílias de forma solidária. Esta aproximação propicia a troca de produtos orgânicos, permitindo assim o acesso a alimentos que não sejam produzidos na sua propriedade e sim por outras famílias, muitas vezes em outro município. Esta forma de intercâmbio e comercialização faz parte do Circuito Sul de Circulação de Alimentos praticado pela rede. Segundo Lampa (2014) este circuito é uma troca de produtos entre os núcleos, de forma logística, otimizando os processos de comercialização da rede.

De acordo com Rover (2011) para fazer parte deste circuito de comercialização, os alimentos devem ser produzidos em sistemas diversificados, necessariamente oriundos da agricultura familiar, que assegurem alto nível de abastecimento alimentar das famílias produtoras, mercados locais e regionais, para posteriormente buscarem mercados mais distantes através do Circuito. Tanto quem vende como quem compra deve garantir o intercâmbio de produtos, com o objetivo de ampliar a diversidade de mercadorias ofertadas.

Desta forma, pode-se sugerir que a produção para autoconsumo e venda de alimentos praticada pelas famílias entrevistadas, contribuem para a garantia da qualidade e diversidade da alimentação, bem como para a SAN e fortalecimento do vínculo entre os produtores.

Ficou evidenciado por meio desta análise que as famílias integrantes dos dois grupos estudados, estão dentro das premissas da rede, garantindo primeiro o abastecimento da própria família com produtos orgânicos, para posterior comercialização e obtenção de recursos financeiros com o excedente.

Ressalta-se que apenas uma agricultora relatou produzir um tipo específico de hortaliça destinado apenas à venda, devido à grande procura no comércio local. Justificou que a hortaliça não é incorporada na alimentação da família por não ser apreciada.

Mesmo com a disponibilidade de alimentos aos quais os agricultores têm acesso por meio da produção própria ou mesmo através da rede, alguns produtos necessitam ser comprados em supermercado. Observou-se que os mais citados foram: Arroz (11 famílias), açúcar (06

famílias), sal (06 famílias), macarrão (06 famílias), carne (03 famílias), feijão (03 famílias), café (02 famílias).

Analisando os dados acima, percebe-se que entre os alimentos apontados como mais comprados, não aparecem processados e ultraprocessados, sugerindo que mesmo incluídos na alimentação não representam consumo frequente, seguindo as recomendações do GAPB (BRASIL, 2014). Acrescenta-se ainda que durante as reuniões dos grupos de agricultores que a pesquisadora esteve presente, verificou-se o incentivo ao hábito alimentar saudável, priorizando o que é cultivado em detrimento a produtos industrializados de baixo valor nutricional, tendo a mulher agricultora o papel de protagonista neste cenário.

Tais dados contrariam os resultados encontrados na pesquisa de Porazzi (2013), na qual identificou que apesar da diversidade no cultivo, os agricultores entrevistados referiram a compra de alimentos industrializados, processados e ultraprocessados, incorporando-os gradativamente no cardápio familiar.

O Quadro 2 mostra o número de itens produzidos para consumo e para venda por família. Ficou caracterizada a biodiversidade o perfil de pequeno produtor rural do grupo pesquisado, uma vez que a maioria das famílias, isto é, 37% produz até 10 itens. O número total de espécies cultivadas pelas 11 entrevistadas é de 51, porém nenhuma família produz mais que 40 produtos.

Quadro 2: Número de itens produzidos por família. Comparação entre produção, consumo e venda de alimentos orgânicos nas 11 famílias de agricultores dos Grupos Rio Cristina e Arca, Núcleo Litoral Catarinense – ECOVIDA. Itajaí/2017.

Nº DE ITENS PRODUZIDOS	VARIEDADE NA PRODUÇÃO		VARIEDADE NO CONSUMO		VARIEDADE NA VENDA	
	FAMÍLIAS	%	FAMÍLIAS	%	FAMÍLIAS	%
01 A 10 itens	04	37	04	37	04	37
11 a 20 itens	01	09	01	09	04	36
21 a 30 itens	03	27	03	27	01	09
31 a 40 itens	03	27	03	27	02	18
+ de 40 itens	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11	100	11	100	11	100

Verificou-se que o tamanho das propriedades variam de 01 a 50 hectares. A média apresentada é de 24,5ha, sendo 14,75ha de área cultivada, apontando que em média 60% da área das propriedades é produtiva.

Corroborando com os resultados descritos acima, Altieri e Nicholls (2012) documentaram por meio de estudos realizados em diferentes países, que sistemas

agroecológicos podem gerar um incremento da diversidade, da produção, da renda e do empoderamento das comunidades, influenciando positivamente a SAN. Azevedo e Pelicioni (2011) enaltecem a relação positiva entre as práticas agroecológicas, a promoção da saúde socioambiental e da sustentabilidade, reforçando a importância da valorização da AF como produtora de alimentos.

A relação entre a área total da propriedade e o percentual explorado para a produção, revela o perfil comum de pequenos produtores rurais, característico da agricultura familiar agroecológica, ou seja, uso intensivo de pequena área de terra, conjugada com alta produtividade e biodiversidade. Retratando esta realidade pode-se citar uma das propriedades que em 01 hectare de área total, cultiva 40 espécies diferentes em apenas meio hectare de terra, representando 78% do total de 51 espécies produzidas pelos grupos estudados. Destaca-se também no quadro 2 que três famílias produziam entre 21 a 30 espécies e outras três famílias entre 31 e 40 itens diferentes. Desta forma, sugere-se que as famílias pesquisadas, assumem os princípios da agroecologia difundidos pela rede Ecovida.

Considerações Finais

Os resultados apontam para a relevância do papel das mulheres nas propriedades onde residem e nos encontros promovidos quinzenalmente pelos grupos estudados. Assumem tarefas diversificadas relacionadas ao cultivo, processamento de produtos e comercialização, além de zelarem pela alimentação saudável e qualidade de vida da família. Verifica-se que a percepção das agricultoras sobre alimentação saudável está conjugada com o manejo agroecológico das propriedades. Evidenciou-se que as famílias produzem uma diversidade de alimentos e que 100% das espécies produzidas são consumidas e vendidas. A necessidade de produzir uma maior variedade para comercialização, serve de incentivo para o autoconsumo, incorporando hábitos alimentares saudáveis e diversidade na dieta. Constatou-se também a importância da rede para organização social das famílias agricultoras, bem como para aumentar a diversidade de produtos disponíveis para consumo.

Referências:

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Guaíba, 2002.

ALTIERI, M. Á.; NICHOLLS, C. I. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica. **Agroecología**, v. 7, n. 2, p. 65-83, 2012.

ALVES, N. F. **Ressignificação dos papéis sociais de mulheres na agricultura familiar de base agroecológica**. 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

AZEVEDO, E. Alimentação e modos de vida saudável. **Revista Saúde**, v. 13, n. 6, p. 50 -54, 2004.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Promoção da saúde, sustentabilidade e agroecologia: uma discussão intersetorial. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 715-729, 2011.

AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde no Brasil. **Rev panam salud publica**, v. 31, n. 4, p. 291, 2012.

AZEVEDO, E. Alimentação saudável: uma construção histórica. **Revista Simbiótica**, v. 1, n. 07, 2014.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica**. Guia alimentar para a população brasileira. 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. 2012.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.ms.gov.br>. Acesso em: 02/11/2015.

BUSATO, M. A.; NOTHAFT, S.; TEO, C. R.; GALLINA, L.; ESSWEIN, D.; MODEL, D. Ambiente e alimentação saudável: percepções e práticas de agricultores familiares/Environment and healthy eating: concepts and practices of family farmers. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 10, n. 21, 2016.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTSO, L. G. da S.; FRIEDRICH, K.; BURIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. 2015.

CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M. T.; PRADO, S. D. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 155-163, 2011.

CODONHO, C. G. A PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO PROMOTORA DE NOVAS RURALIDADES? REFLEXÕES SOBRE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES (NEORURAIS) DO SUL DE MINAS GERAIS. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 9, n. 2, 2016.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/publicações/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Documento de Referência**. 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2015.

DUTRA, L. V.; SOUZA, L. M.; SANTOS, R.H.S. Disponibilidade alimentar para famílias residentes na zona rural: situação de segurança ou insegurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 320-329, 2015.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.21, n.1, p. 417-421, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. MDA/MPOG. Rio de Janeiro; 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov.2015.

JACOBI, P. R.; EMPINOTTI, V.; TOLEDO, R. F. Gênero e meio ambiente. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31738340001>. Acesso em 17 nov.2015.

LAMPA, F. M. **Recampesinização na distribuição de alimentos: uma análise comparativa entre dois núcleos da Rede Ecovida de Agroecologia e suas relações com os mercados**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, A. R. A.; HECK, R.M.; VASCONCELOS, M. K. P.; BARBIERI, R. L. Ações de mulheres agricultoras no cuidado familiar: uso de plantas medicinais no sul do Brasil. **Texto contexto-enfermagem**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 365-372, 2014.

MAYZOLER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea, trad. **Cláudia F. Fallhuh Balduino Ferreira, São Paulo, Editora Unesp, Brasília, NEAD**, 2010.

MDA - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Um novo Brasil rural**. Brasília: MDA, 2010.

MDA - MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica 2016/2019. MDA/BRASIL/2017. Disponível em www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-orgânicos-na-mesa-do-brasileiro-em-2017. Acesso em: 24 mai.2017.

MINAYO, M. C. De S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2011.

NAVOLAR, T. S.; DO AMARAL RIGON, S.; DE SOUZA PHILIPPI, J. M. Diálogo entre agroecologia e promoção da saúde-[doi: 10.5020/18061230.2010](https://doi.org/10.5020/18061230.2010). p69. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 23, n. 1, p. 69-79, 2010.

PAFUNDA, R. A. As novas ruralidades no debate paradigmático: estudo de caso sobre os neo-rurais em Juquitiba, São Paulo. 2016.

PASSOS, M.; ISAGUIRRE, K. **Certificação na prática: a Rede Ecovida e os desafios da implementação de sistemas participativos de garantia**. In: NIEDERLE, P. A. ALMEIDA, L.; VEZZANI, F.M. Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. 1. ed. Curitiba: Editora Kairós, 2013.

PEREIRA, A A. **A segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento da agricultura familiar: um estudo na comunidade da Península do cavernoso no município de Cândói-PR**. 2014.

PINTO, J. P. C. Os " neo-rurais" na região do " Douro Verde": Impacte social, económico e cultural. Dissertação de Mestrado em Riscos Cidades e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2015.

PORAZZI, F. **Agricultores ecológicos e relações entre estado nutricional, alimentação e agrobiodiversidade.** 2013.

ROVER, O. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. In: Revista de Ciências Sociais UNISINOS, São Leopoldo, Vol. 47, N.1, p.56-63, Jan/Abr. 2011.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável- Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Ufrj, 2015.

SIMIONI, F. J.; BINOTTO, E.; BATTISTON, J. Informação e gestão na agricultura familiar da região oeste de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, p. 152- 157, set/dez. 2015.

SOUSA, A. A.; SILVA, A. P. F.; AZEVEDO, E; RAMOS, M.O. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Nutrição.** v. 28, n. 2, p. 217-229, 2015.

WAGNER, S. A.; MARQUES, F. C.; MENASCHE, R. **Agricultura familiar à mesa. A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C.. Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina. **Florianópolis: Epagri**, v. 201, n. 2, 2012.